



AO ILUSTRÍSSIMO (A) PREGOEIRO (A) RESPONSÁVEL PELA COMISSÃO DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE MERCEDES – ESTADO DO PARANÁ

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 24/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 53/2026

SERVIOESTE SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 03.392.348/0001-60, localizada na cidade de Chapecó/SC, na Linha São Roque, s/nº, Interior, Caixa Postal 77, por seu representante legal infra assinado, vem à presença de Vossa Excelência para apresentar **PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO** ao **PREGÃO ELETRÔNICO – 24/2026**, amparada na Lei nº 14.133/21, pelos motivos de fato e fundamentos de direito a seguir expostos.

1. DO OBJETO DA LICITAÇÃO

A presente licitação tem por objeto a seleção de propostas visando a contratação de empresa especializada *“Contratação de empresa para prestação de serviços de coleta, tratamento e destinação final de resíduos hospitalares, gerados nas unidades de saúde do Município de Mercedes/PR”*.

Acontece que, manuseando os termos do Edital em questão e seus anexos, foram constatadas irregularidades capazes de causar a nulidade do certame, vejamos.

2. DO PRAZO DE IMPUGNAÇÃO

A presente Impugnação tem por objetivo apontar alguns equívocos contidos no edital do certame em apreço. O prazo decadencial é de até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

No caso em tela a abertura do certame é dia 02/04/2026, sendo o protocolo da impugnação no dia 27/03/2026, conclui-se, pela TEMPESTIVIDADE desta.



3. DOS PONTOS QUE NECESSITAM DE RETIFICAÇÃO

3.1. LICENÇAS DE OPERAÇÃO COMO REQUISITO DE HABILITAÇÃO

A fase de habilitação é crucial para a licitação onde se verifica que a empresa vencedora tem capacidade técnica de executar o serviço conforme determina a legislação vigente. Logo, as Licenças de Operação constituem requisito essencial para a fase de habilitação, e não apenas para a assinatura do contrato. Isso porque a habilitação representa o momento de maior relevância técnica no processo licitatório, no qual se verifica se a empresa classificada está efetivamente apta a executar o objeto contratado.

Nesse contexto, a exigência dessas licenças comprova que a empresa atende às normas legais e regulatórias aplicáveis, especialmente aquelas relacionadas à legislação ambiental e a outros órgãos competentes. Considerando a complexidade do objeto licitado, tal exigência é indispensável para garantir a regularidade e a segurança da prestação dos serviços.

EDITAL

4.18. Para assinatura do contrato, a empresa vencedora do certame deverá apresentar os seguintes documentos:

4.19. Licença de Operação (LO), vigente, expedida pelo órgão competente, que contemple a coleta e transporte de resíduos de serviço de saúde em nome da proponente;

4.20. Licença de Operação (LO), vigente, expedida pelo órgão competente, que contemple o tratamento de resíduos de saúde por autoclavagem ou outro método que o substitua, em nome da proponente, conforme RDC 222/2018;



4.21. Licença de Operação (LO), vigente, expedida pelo órgão competente, que contemple o tratamento, através de incineração, de resíduos de serviço de saúde, conforme RDC 222/2018, em nome da proponente;

4.22. Licença de Operação (LO), vigente, expedida pelo órgão competente, do aterro sanitário, para onde serão destinados os resíduos de serviço de saúde, em nome da proponente, emitido pelo órgão responsável do Estado do domicílio do Aterro (Resolução nº 237/1997 - CONAMA).

A exigência de Licença de Operação na **FASE DE HABILITAÇÃO** é legítima, pois não se trata de requisito meramente formal, mas de elemento essencial à comprovação da capacidade técnico-operacional da licitante, nos termos do art. 67, inciso II e III, da Lei nº 14.133/2021, especialmente diante da complexidade do objeto e da necessidade de observância às normas ambientais e sanitárias. A indicação de instalações, aparelhamento adequados e pessoal qualificado pressupõe que tais estruturas estejam devidamente regularizadas perante os órgãos competentes.

Art. 67. A documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional será restrita a:

II - certidões ou atestados, regularmente emitidos pelo conselho profissional competente, quando for o caso, que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, bem como documentos comprobatórios emitidos na



forma do [§ 3º do art. 88 desta Lei](#);

III - indicação do pessoal técnico, das instalações e do aparelhamento adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

Nesse sentido, resta evidente que a exigência dos licenciamentos ambientais e operacionais não se trata de formalidade excessiva ou requisito meramente acessório, mas sim de condição indispensável para a adequada execução do objeto licitado. A ausência de tais documentos na **FASE DE HABILITAÇÃO** compromete não apenas a legalidade do certame, como também expõe a Administração Pública a riscos de natureza ambiental, sanitária, civil e até mesmo penal.

Assim, a adoção de medidas que assegurem a correta prestação dos serviços, em conformidade com a legislação, é essencial para mitigar riscos e evitar a responsabilização do ente público.

Nesse sentido, a legislação ambiental é clara ao estabelecer a responsabilidade solidária dos envolvidos, conforme dispõe a Lei nº 6.938/1981, a qual prevê a obrigação de reparação integral dos danos ambientais por todos aqueles que, direta ou indiretamente, contribuam para sua ocorrência.

**” Lei Ambiental – Lei nº 6.938/1981 Art. 14, §1º
Sem obstar a aplicação das penalidades previstas
neste artigo, é o poluidor obrigado,
independentemente da existência de culpa, a
indenizar ou reparar os danos causados ao meio
ambiente e a terceiros, afetados por sua atividade.
O Ministério Público da União e dos Estados terá
legitimidade para propor ação de**



responsabilidade civil e criminal, por danos causados ao meio ambiente.

Ademais, considerando que o objeto do edital envolve atividades altamente sensíveis como a coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos de serviços de saúde, é imprescindível que as empresas participantes demonstrem, já na **FASE DE HABILITAÇÃO**, que atendem integralmente às normas legais e regulamentares aplicáveis, especialmente aquelas de cunho ambiental e sanitário.

Permitir a participação de empresas que não possuam os devidos licenciamentos equivale, na prática, a **RELATIVIZAR EXIGÊNCIAS LEGAIS OBRIGATÓRIAS**, o que afronta os princípios da legalidade, da precaução e da eficiência, além de comprometer a segurança jurídica do procedimento licitatório.

Portanto, a manutenção do edital nos moldes atuais, sem a devida exigência e comprovação prévia dos licenciamentos necessários, revela-se medida temerária, que pode resultar na contratação de **EMPRESA INAPTA**, colocando em risco não apenas a execução contratual, mas também o interesse público e a saúde coletiva. Assim, a postergação da exigência de licenças obrigatórias viola não apenas a legislação de regência, mas também os princípios da precaução e da prevenção ambiental, expondo a Administração Pública a riscos operacionais, sanções legais e responsabilização dos gestores.

Diante disso, é imprescindível que o edital exija, de forma expressa e inequívoca, a comprovação prévia dos licenciamentos ambientais e sanitários como **CONDIÇÃO DE HABILITAÇÃO**, sob pena de comprometer a validade do procedimento licitatório e a segurança da contratação.

Contudo, impõe-se a revisão dos critérios de habilitação técnica, a fim de incluir, de forma clara e obrigatória, a apresentação dos licenciamentos ainda na **FASE DE HABILITAÇÃO** como critério essencial ao objeto licitado, garantindo, assim, a seleção de empresa efetivamente qualificada e apta à execução do objeto licitado. Permitir o contrário implica assumir risco desnecessário de contratação de empresa inapta.



Diante do exposto, faz-se necessária a alteração do item 4.18 do edital, a fim de que a exigência ali prevista seja incluída na **FASE DE HABILITAÇÃO**, e não mantida como requisito apenas para a assinatura do contrato, conforme atualmente disposto.

EDITAL

4.18. Para assinatura do contrato, a empresa vencedora do certame deverá apresentar os seguintes documentos:

Importante, destacar que exigir a apresentação das licenças apenas no momento da assinatura do contrato afronta a própria lógica e a legislação que rege o processo licitatório. Tendo em vista, que a fase contratual não se destina à verificação da aptidão do licitante, mas sim à formalização de obrigações entre a Administração e a empresa já devidamente habilitada.

Dessa forma, requer-se a retificação do edital, para que o item 4.18 passe a exigir, de forma expressa, a apresentação dos referidos licenciamentos como condição de habilitação, garantindo-se, assim, a legalidade do certame e a seleção da proposta mais vantajosa aliada à segurança da contratação.

5. REQUERIMENTOS

Por todo o exposto, requer:

- a) O recebimento e processamento da presente impugnação ao Edital do **PREGÃO ELETRÔNICO – 24/2026**, na forma da Lei;
- b) A suspensão preventiva do processo licitatório, e por conseguinte, dos atos previstos para serem realizados no dia 02/04/2026 até que a presente Impugnação seja devidamente apreciada e julgada conforme a Lei;



c) Diante de todo o exposto, dada a razoabilidade dos questionamentos e com vistas a satisfação dos princípios norteadores da atividade administrativa e do próprio procedimento licitatório, requer e espera que os Nobres Julgadores, com todo o saber jurídico, conheçam e **DEEM TOTAL PROVIMENTO À PRESENTE IMPUGNAÇÃO**, para o fim de retificar as disposições editalícias aqui questionadas expressamente, a fim de que o processo licitatório se desenvolva em consonância com as diretrizes legislativas que o devem conduzir.

Termos em que, aguarda deferimento.

Chapecó/SC, 27 de março de 2026

SERVIOESTE SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA.

CNPJ nº 03.392.348/0001-60

Cristian Paulo Kehl Balbinot

CPF: 010.580.759-18

RG. 4.077.236 (SSP/SC)

Administrador

03.392.348/0001-60

SERVIOESTE
SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA.

LINHA SÃO ROQUE, S/Nº.
INTERIOR-CEP 89.801-973

CHAPECÓ - SC

SERVIOESTE SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA
CNPJ 03.392.348/0001-60
NIRE 42202720688
IE 254450130
CHAPECÓ/SC



http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=RmQITqRb9-fDB9G_92u90&chave2=U98cwwspH--ckGj5CvAIRA
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 01881580903-SANDRA MARTA BALBINOT|03424415901-JEFERSON DOACYR BALBINOT|01058075918-CRISTIAN PAULO KEHL BALBINOT

VIGÉSIMA QUARTA CONTRATUAL E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

MAXIMIZA PARTICIPAÇÕES S.A., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 26.942.460/0001-22, NIRE nº 42300044695 em 18/01/2017, com sede e foro jurídico na Rua Marechal Floriano Peixoto, nº 877 – L, Bairro Maria Goretti, na cidade de Chapecó/SC, CEP 89801-418, neste ato representada por sua presidente **SANDRA MARTA BALBINOT**, brasileira, casada através do regime de comunhão parcial de bens, empresária, inscrita no CPF sob o nº 018.815.809-03, portadora da Cédula de Identidade nº 2759492 SSP/SC, nascida em 21/07/1976, residente e domiciliada na Rua Lauro Muller, 401-E, Apto 801, Ed. Lauro Muller, Centro, no município de Chapecó, estado de Santa Catarina, CEP 89801-600, e seus diretores **JEFERSON DOACYR BALBINOT**, brasileiro, divorciado, empresário, inscrito no CPF sob nº 034.244.159-01 portador da Cédula de Identidade nº 130474926 SESP/PR, nascido em 27/10/1981, residente e domiciliado na residência e domiciliado na Rua Claudino Ramos, nº 78, Beira Mar, Bairro Balneário Perequê, na cidade de Porto Belo/SC, CEP 88210-000, e **CRISTIAN PAULO KEHL BALBINOT**, brasileiro, solteiro em união estável, empresário, inscrito no CPF sob nº 010.580.759-18 portador da Cédula de Identidade nº 4077263 SSP/SC, nascido em 10/04/1990, residente e domiciliado na Avenida Nereu Ramos, nº 1383-E, Apto 803, Ed. Treviso, Centro, Chapecó, estado de Santa Catarina, CEP 89801-022.

SJDC PARTICIPAÇÕES S.A., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 26.942.521/0001-51, NIRE nº 42300044687 em 18/01/2017, com sede e foro jurídico na Rua Marechal Floriano Peixoto, nº 877 – L, Bairro Maria Goretti, na cidade de Chapecó/SC, CEP 89801-418, neste ato representada por sua presidente **SANDRA MARTA BALBINOT**, brasileira, casada através do regime de comunhão parcial de bens, empresária, inscrita no CPF sob o nº 018.815.809-03, portadora da Cédula de Identidade nº 2759492 SSP/SC, nascida em 21/07/1976, residente e domiciliada na Rua Lauro Muller, 401-E, Apto 801, Ed. Lauro Muller, Centro, no município de Chapecó, estado de Santa Catarina, CEP 89801-600, e seu diretor **CRISTIAN PAULO KEHL BALBINOT**, brasileiro, solteiro em união estável, empresário, inscrito no CPF sob nº 010.580.759-18 portador da Cédula de Identidade nº 4077263 SSP/SC, nascido em 10/04/1990, residente e domiciliado na Avenida Nereu Ramos, nº 1383-E, Apto 803, Ed. Treviso, Centro, Chapecó, estado de Santa Catarina, CEP 89801-022.

ÚNICAS sócias da Sociedade Empresária Limitada que gira sob a denominação social de **SERVIOESTE SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, com sede social na Linha São Roque, s/n, Sala 01, Interior, cidade de Chapecó/SC, CEP 89801-973, inscrita no CNPJ sob o nº 03.392.348/0001-60, devidamente registrada na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina sob NIRE nº 42202720688 em 06/09/1999.

Resolvem, de pleno e comum acordo, por este instrumento **ALTERAR** o seu contrato social da seguinte forma:

1. Registrar a constituição da **Filial nº 11 em Cariacica/ES**, que terá como nome empresarial, título de estabelecimento iguais ao da matriz. A filial terá sua sede social na Rodovia Mario Covas, nº 51, Galpão 1, Bairro Santana, na cidade de Cariacica/ES, CEP 29154-016, e como ramo de atividades a coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos perigosos e não perigosos, incineração, autoclave, operação de aterros sanitários e industriais Classe I e II, elaboração de projetos ambientais, comércio atacadista e varejista de embalagens. A filial iniciará suas atividades a partir da data do registro e seu prazo de duração é por tempo indeterminado (art. 997, II CC/2002).

E na melhor forma de direito **CONSOLIDAR** o Contrato Social, com suas alterações acima descritas, que se regerá pela Lei 10.406 de 10 de janeiro de 2002, através de seu novo Código Civil Brasileiro e pelas demais disposições legais aplicáveis à espécie, passando a vigorar com as seguintes cláusulas:



CONTRATO SOCIAL

MAXIMIZA PARTICIPAÇÕES S.A., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 26.942.460/0001-22, NIRE nº 42300044695 em 18/01/2017, com sede e foro jurídico na Rua Marechal Floriano Peixoto, nº 877 – L, Bairro Maria Goretti, na cidade de Chapecó/SC, CEP 89801- 418, neste ato representada por sua presidente **SANDRA MARTA BALBINOT**, brasileira, casada através do regime de comunhão parcial de bens, empresária, inscrita no CPF sob o nº 018.815.809-03, portadora da Cédula de Identidade nº 2759492 SSP/SC, nascida em 21/07/1976, residente e domiciliada na Rua Lauro Muller, 401-E, Apto 801, Ed. Lauro Muller, Centro, no município de Chapecó, estado de Santa Catarina, CEP 89801-600, e seus diretores **JEFERSON DOACYR BALBINOT**, brasileiro, divorciado, empresário, inscrito no CPF sob nº 034.244.159-01 portador da Cédula de Identidade nº 130474926 SESP/PR, nascido em 27/10/1981, residente e domiciliado na residente e domiciliado na Rua Claudino Ramos, nº 78, Beira Mar, Bairro Balneário Perequê, na cidade de Porto Belo/SC, CEP 88210-000, e **CRISTIAN PAULO KEHL BALBINOT**, brasileiro, solteiro em união estável, empresário, inscrito no CPF sob nº 010.580.759-18 portador da Cédula de Identidade nº 4077263 SSP/SC, nascido em 10/04/1990, residente e domiciliado na Avenida Nereu Ramos, nº 1383-E, Apto 803, Ed. Treviso, Centro, Chapecó, estado de Santa Catarina, CEP 89801-022.

SJDC PARTICIPAÇÕES S.A., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 26.942.521/0001-51, NIRE nº 42300044687 em 18/01/2017, com sede e foro jurídico na Rua Marechal Floriano Peixoto, nº 877 – L, Bairro Maria Goretti, na cidade de Chapecó/SC, CEP 89801-418, neste ato representada por sua presidente **SANDRA MARTA BALBINOT**, brasileira, casada através do regime de comunhão parcial de bens, empresária, inscrita no CPF sob o nº 018.815.809-03, portadora da Cédula de Identidade nº 2759492 SSP/SC, nascida em 21/07/1976, residente e domiciliada na Rua Lauro Muller, 401-E, Apto 801, Ed. Lauro Muller, Centro, no município de Chapecó, estado de Santa Catarina, CEP 89801-600, e seu diretor **CRISTIAN PAULO KEHL BALBINOT**, brasileiro, solteiro em união estável, empresário, inscrito no CPF sob nº 010.580.759-18 portador da Cédula de Identidade nº 4077263 SSP/SC, nascido em 10/04/1990, residente e domiciliado na Avenida Nereu Ramos, nº 1383-E, Apto 803, Ed. Treviso, Centro, Chapecó, estado de Santa Catarina, CEP 89801-022.

ÚNICAS sócias da Sociedade Empresária Limitada que gira sob a denominação social de **SERVIOESTE SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, com sede social na Linha São Roque, s/n, Sala 01, Interior, cidade de Chapecó/SC, CEP 89801-973, inscrita no CNPJ sob o nº 03.392.348/0001-60, devidamente registrada na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina sob NIRE nº 42202720688 em 06/09/1999.

CAPÍTULO I DENOMINAÇÃO SOCIAL, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO

CLÁUSULA 1ª: A Sociedade gira sob a denominação social de **SERVIOESTE SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA**, e tem como título de estabelecimento **SERVIOESTE**, inscrita no CNPJ sob o nº 03.392.348/0001-60, através de seu contrato social devidamente registrado na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina sob o NIRE nº 42202720688 em 06/09/1999.

Parágrafo 1º: Manutenção da filial nº 01 em Chapecó/SC, que tem como nome empresarial e título de estabelecimento igual ao da matriz, inscrita no CNPJ sob o nº 03.392.348/0002-40 com registro na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina sob NIRE nº 42900699595 em 06/10/2005, tem como ramo de atividades a coleta, transportes, e disposição final de resíduos domésticos e urbanos e de serviço de saúde, incineração autoclave, operação de aterros sanitários e industriais, operação de valas sépticas, operação de serviços comerciais e industriais, limpeza e conservação, cobrança e coleta, transportes com destinação final adequada, reciclagem de resíduos, manutenção e instalação de máquinas e equipamentos industriais, montagem, locação e operação de equipamentos de veículos, operação de pedágio e de terminais de transportes rodoviário, recepção, triagem e movimentação de materiais, projetos ambientais, representação comerciais de convênios de saúde e telefonia, a participação em outras sociedades. Com sede e foro na Linha São Roque, s/n, Interior, na cidade de Chapecó/SC, CEP 89801-000. A filial iniciou suas atividades em 06/10/2005 e seu prazo de duração é por tempo indeterminado (art. 997, II CC/2002).

Parágrafo 2º: Manutenção da filial nº 02 em Cascavel/PR, que tem como nome empresarial o mesmo da matriz, utiliza como título de estabelecimento **SERVIOESTE SOLUÇÕES AMBIENTAIS**, inscrita no CNPJ sob nº

2



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 21/01/2026

Arquivamento 20253671515 Protocolo 253671515 de 05/01/2026 NIRE 42202720688

Nome da empresa SERVIOESTE SOLUCOES AMBIENTAIS LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 74046253376342

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 21/01/2026 FABIANA_EVERLING - Secretária-Geral

21/01/2026

03.392.348/0003-21 com registro na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina sob NIRE nº 41900916340 em 19/10/2005, tem como ramo de atividades a coleta, transportes, e disposição final de resíduos domésticos e urbanos e de serviço de saúde, incineração autoclave, operação de aterros sanitários e industriais, operação de valas sépticas, operação de serviços comerciais e industriais, limpeza e conservação, cobrança e coleta, transportes com destinação final adequada, reciclagem de resíduos, manutenção e instalação de máquinas e equipamentos industriais, montagem, locação e operação de equipamentos de veículos, operação de pedágio e de terminais de transportes rodoviário, recepção, triagem e movimentação de materiais, projetos ambientais, representação comerciais de convênios de saúde e telefonia, a participação em outras sociedades.. Com sede e foro na Rodovia BR 277, KM 572, s/n, Condomínio Parque Industrial Citvel, Bairro Cascavel Velho, na cidade de Cascavel/PR, CEP 85818-560. A filial iniciou suas atividades em 19/10/2005 e seu prazo de duração é por tempo indeterminado (art. 997, II CC/2002).

Parágrafo 3º: Manutenção da filial nº 04 em Pescaria Brava/SC, que tem como nome empresarial o mesmo da matriz, inscrita no CNPJ sob nº 03.392.348/0005-93 com registro na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina sob NIRE nº 42901006089 em 08/04/2013, tem como ramo de atividades a coleta, transportes, e disposição final de resíduos domésticos e urbanos e de serviço de saúde, incineração autoclave, operação de aterros sanitários e industriais, operação de valas sépticas, operação de serviços comerciais e industriais, limpeza e conservação, cobrança e coleta, transportes com destinação final adequada, reciclagem de resíduos, manutenção e instalação de máquinas e equipamentos industriais, montagem, locação e operação de equipamentos de veículos, operação de pedágio e de terminais de transportes rodoviário, recepção, triagem e movimentação de materiais, projetos ambientais, representação comerciais de convênios de saúde e telefonia, a participação em outras sociedades. Com sede e foro na Rodovia BR 101, s/nº, KM 322, Área Rural, na cidade de Pescaria Brava/SC, CEP 88798-000. A filial iniciou suas atividades em 08/04/2013 e seu prazo de duração é por tempo indeterminado (art. 997, II CC/2002).

Parágrafo 4º: Manutenção da filial nº 06 em Maringá/PR, que tem como nome empresarial o mesmo da matriz, inscrita no CNPJ sob nº 03.392.348/0006-74 com registro na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina sob NIRE nº 41901675001 em 04/04/2017, tem como ramo de atividades a coleta, transportes, e disposição final de resíduos domésticos e urbanos e de serviço de saúde, incineração autoclave, operação de aterros sanitários e industriais, operação de valas sépticas, operação de serviços comerciais e industriais, limpeza e conservação, cobrança e coleta, transportes com destinação final adequada, reciclagem de resíduos, manutenção e instalação de máquinas e equipamentos industriais, montagem, locação e operação de equipamentos de veículos, operação de pedágio e de terminais de transportes rodoviário, recepção, triagem e movimentação de materiais, projetos ambientais, representação comerciais de convênios de saúde e telefonia, a participação em outras sociedades. Com sede e foro na Estrada Pinguim, nº 814, Lote 189 D, Bairro Gleba Ribeirão Pinguim, na cidade de Maringá/PR, CEP 87065-573. A filial iniciou suas atividades em 04/04/2017 e seu prazo de duração é por tempo indeterminado (art. 997, II CC/2002).

Parágrafo 5º: Manutenção da filial nº 07 em Patos de Minas/MG, que tem como nome empresarial e título de estabelecimento igual ao da matriz, inscrita no CNPJ sob nº 03.392.348/0008-36 com registro na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina sob NIRE nº 41900916340 em 07/07/2017, tem como ramo de atividades a coleta, transportes, e disposição final de resíduos domésticos e urbanos e de serviço de saúde, incineração autoclave, operação de aterros sanitários e industriais, operação de valas sépticas, operação de serviços comerciais e industriais, limpeza e conservação, cobrança e coleta, transportes com destinação final adequada, reciclagem de resíduos, manutenção e instalação de máquinas e equipamentos industriais, montagem, locação e operação de equipamentos de veículos, operação de pedágio e de terminais de transportes rodoviário, recepção, triagem e movimentação de materiais, projetos ambientais, representação comerciais de convênios de saúde e telefonia, a participação em outras sociedades. Com sede e foro na Estrada Patos de Minas/Boassara, s/n, KM 1.8, Zona Rural, na cidade de Patos de Minas/MG, CEP 38700-970. A filial iniciou suas atividades em 07/07/2017 e seu prazo de duração é por tempo indeterminado (art. 997, II CC/2002).

Parágrafo 6º: Manutenção da filial nº 08 em Queimados/RJ, que tem como nome empresarial o mesmo da matriz, inscrita no CNPJ sob nº 03.392.348/0009-17 com registro na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina sob NIRE nº 33901419084 em 02/02/2017, tem como ramo de atividades a coleta, transportes, e disposição final de resíduos domésticos e urbanos e de serviço de saúde, incineração autoclave, operação de aterros sanitários e industriais, operação de valas sépticas, operação de serviços comerciais e industriais, limpeza e conservação, cobrança e coleta, transportes com destinação final adequada, reciclagem de resíduos, manutenção e instalação de máquinas e equipamentos industriais, montagem, locação e operação de equipamentos de veículos, operação de pedágio e de terminais de transportes rodoviário, recepção, triagem e movimentação de materiais, projetos



ambientais, representação comerciais de convênios de saúde e telefonia, a participação em outras sociedades. Com sede e foro na Rua Poacu, s/nº, Bairro Campo Alegre, na cidade Queimados/RJ, CEP 26373-250. A filial iniciou suas atividades em 02/02/2017 e seu prazo de duração é por tempo indeterminado (art. 997, II CC/2002).

Parágrafo 7º: Manutenção da filial nº 09 em Campos dos Goytacazes/RJ, que tem como nome empresarial o mesmo da matriz, inscrita no CNPJ sob nº 03.392.348/0010-50 com registro na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina sob NIRE nº 33901473704 em 24/04/2018, tem como ramo de atividades a coleta, transportes, e disposição final de resíduos domésticos e urbanos e de serviço de saúde, incineração autoclave, operação de aterros sanitários e industriais, operação de valas sépticas, operação de serviços comerciais e industriais, limpeza e conservação, cobrança e coleta, transportes com destinação final adequada, reciclagem de resíduos, manutenção e instalação de máquinas e equipamentos industriais, montagem, locação e operação de equipamentos de veículos, operação de pedágio e de terminais de transportes rodoviário, recepção, triagem e movimentação de materiais, projetos ambientais, representação comerciais de convênios de saúde e telefonia, a participação em outras sociedades. Com sede e foro na Rua Carlos Drummond de Andrade, nº 58, Loja01, Bairro Sonho Dourado, na cidade de Campos dos Goytacazes/RJ, CEP 28110-000. A filial iniciou suas atividades em 24/04/2018 e seu prazo de duração é por tempo indeterminado (art. 997, II CC/2002).

Parágrafo 8º: Manutenção da filial nº 10 em Canoas/RS, que tem como nome empresarial o mesmo da matriz, inscrita no CNPJ sob nº 03.392.348/0011-31 com registro na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina sob NIRE nº 43901968850 em 11/12/2018, tem como ramo de atividades a coleta, transportes, e disposição final de resíduos domésticos e urbanos e de serviço de saúde, incineração autoclave, operação de aterros sanitários e industriais, operação de valas sépticas, operação de serviços comerciais e industriais, limpeza e conservação, cobrança e coleta, transportes com destinação final adequada, reciclagem de resíduos, manutenção e instalação de máquinas e equipamentos industriais, montagem, locação e operação de equipamentos de veículos, operação de pedágio e de terminais de transportes rodoviário, recepção, triagem e movimentação de materiais, projetos ambientais, representação comerciais de convênios de saúde e telefonia, a participação em outras sociedades. Com sede e foro na Rua Claudino Gazzzi, nº 255, Loja 03 L, Quadra 02, Bairro São Luis, na cidade de Canoas/RS, CEP 92420-037. A filial iniciou suas atividades em 11/12/2018 e seu prazo de duração é por tempo indeterminado (art. 997, II CC/2002).

Parágrafo 9º: Manutenção da filial nº 11 em Cariacica/ES, que terá como nome empresarial, título de estabelecimento iguais ao da matriz. A filial terá sua sede social na Rodovia Mario Covas, nº 51, Galpão 1, Bairro Santana, na cidade de Cariacica/ES, CEP 29154-016, e como ramo de atividades a coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos perigosos e não perigosos, incineração, autoclave, operação de aterros sanitários e industriais Classe I e II, elaboração de projetos ambientais, comércio atacadista e varejista de embalagens. A filial iniciará suas atividades a partir da data do registro e seu prazo de duração é por tempo indeterminado (art. 997, II CC/2002).

CLÁUSULA 2ª: A Sociedade tem sua sede na Linha São Roque, s/n, Sala 01, Interior, cidade de Chapecó/SC, CEP 89801-973.

CLÁUSULA 3ª: A Sociedade poderá, a critério e por deliberação da administração ou das sócias criar, instalar, manter ou extinguir agências, sucursais, filiais, escritórios e departamentos em qualquer ponto do território nacional ou exterior.

Parágrafo único: Criada a filial, sucursal, agência, escritório ou departamento, as sócias farão inscrever no Registro Público de Empresas Mercantis na sede e local onde funcionará o estabelecimento, indicando o respectivo endereço e o valor do capital que para o mesmo será destinado.

CLÁUSULA 4ª: A Sociedade tem como objeto social o ramo de coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos perigosos e não perigosos, incineração, autoclave, operação de aterros sanitários e industriais Classe I e II, operação de serviços comerciais e industriais, limpeza e conservação, locação e operação de equipamentos e veículos, operação de pedágio e de terminais de transporte rodoviário, recepção, triagem e movimentação de materiais, projetos ambientais, a participação em outras sociedades, o comércio de atacado e varejo de embalagens.

CLÁUSULA 5ª: A empresa iniciou suas atividades em 01/09/1999 e o prazo de duração da sociedade é por tempo indeterminado (art. 997, II CC/2002).



CAPÍTULO II
CAPITAL SOCIAL, QUOTAS, RESPONSABILIDADE DOS SÓCIAS E RESPONSABILIDADE TÉCNICA

CLÁUSULA 6ª: O Capital Social da Sociedade é de R\$ 19.004.330,00 (dezenove milhões, quatro mil, trezentos e trinta reais), representados por 19.004.330 (dezenove milhões, quatro mil, trezentos e trinta) quotas, no valor nominal unitário de R\$ 1,00 (um real), totalmente subscrito e integralizado, em moeda corrente nacional, assim distribuído entre as sócias:

| SÓCIAS | QUOTAS | PORCENTAGEM | VALORES |
|----------------------------|-------------------|-------------|--------------------------|
| SJDC PARTICIPAÇÕES S.A | 11.402.598 | 60% | R\$ 11.402.598,00 |
| MAXIMIZA PARTICIPAÇÕES S.A | 7.601.732 | 40% | R\$ 7.601.732,00 |
| TOTAL | 19.004.330 | 100% | R\$ 19.004.330,00 |

Parágrafo único: O Capital Social destaca-se da seguinte forma:

| | |
|--------------|--------------------------|
| MATRIZ | R\$ 18.984.330,00 |
| FILIAL n° 01 | R\$ 2.000,00 |
| FILIAL n° 02 | R\$ 2.000,00 |
| FILIAL n° 04 | R\$ 2.000,00 |
| FILIAL n° 06 | R\$ 2.000,00 |
| FILIAL n° 07 | R\$ 2.000,00 |
| FILIAL n° 08 | R\$ 2.000,00 |
| FILIAL n° 09 | R\$ 2.000,00 |
| FILIAL n° 10 | R\$ 2.000,00 |
| FILIAL n° 11 | R\$ 2.000,00 |
| FILIAL n° 12 | R\$ 2.000,00 |
| TOTAL | R\$ 19.004.330,00 |

CLÁUSULA 7ª: A responsabilidade de cada sócia está restrita ao valor de suas quotas, mas todas respondem solidariamente pela integralização do Capital Social (art. 1.052, CC/2002).

Parágrafo 1º: As sócias não respondem subsidiariamente pelas obrigações sociais.

Parágrafo 2º: Cada quota dá direito a um voto nas deliberações sociais e é indivisível em relação à sociedade.

CLÁUSULA 8ª: O Capital Social poderá ser aumentado ou reduzido, segundo as necessidades da sociedade, nos termos e na forma pela qual deliberaram em instrumento próprio.

Parágrafo 1º: Nos casos de aumento de capital, cada sócia quotista terá o direito de preferência para subscrever as quotas correspondentes ao aumento, na proporção daquelas por ele possuídas na ocasião. Se qualquer sócia quotista não exercer o direito de preferência aqui estabelecido, tal direito será transferido automaticamente as outras quotistas.

Parágrafo 2º: Para o fim de assegurar à sociedade uma perfeita integração de suas sócias na participação do capital social, e em conformidade com a intenção e vontade das sócias, ficam, entre todas, expressamente convencionado que as atuais sócias somente poderão ceder e transferir as quotas da sociedade que detêm com a anuência dos demais sócias.

Parágrafo 3º: As sócias não poderão ceder para terceiro o direito de preferência no aumento do capital social. Somente será permitido o ingresso, para aumento do capital social, de pessoa estranha à sociedade, com deliberação da totalidade dos votos correspondentes ao capital social.

CLÁUSULA 9ª: Em caso de diminuição de capital, será proporcional e igual a cada quota.

CLÁUSULA 10ª: As quotas da sociedade são impenhoráveis, não podendo ser liquidadas mediante requerimento de credores das sócias, sendo nulas de pleno direito as transações que as onerem.



CLÁUSULA 11ª: As sócias não poderão em quaisquer circunstâncias, praticar atos de liberalidade em nome da sociedade, tais como a prestação de garantia, avais e fianças em favor de terceiros, e outros atos estranhos aos objetivos e negócios sociais, salvo disposição em contrário.

CLÁUSULA 12ª: As sócias não poderão manter, participar, ou estabelecer quaisquer vínculos com pessoa jurídica ou com pessoa natural, personificada ou não personificada, onde haja vinculação de sua quota do capital social, salvo disposição em contrário.

CLÁUSULA 13ª: Em razão das atividades desenvolvidas pela sociedade, será contratado responsável técnico devidamente habilitado.

CAPÍTULO III CESSÃO DE QUOTAS, APURAÇÃO DE HAVERES, RETIRADA, FALECIMENTO OU EXCLUSÃO DE SÓCIA

CLÁUSULA 14ª: As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento da outra sócia a quem fica assegurada, em igualdade de condições e preço direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente. (art. 1.056, art. 1.057, CC/2002).

Parágrafo 1º: A sócia que pretende ceder ou transferir total ou parte de suas quotas deverá notificar as outras sócias, com antecedência de 60 (sessenta) dias, discriminando a quantidade de quotas postas à venda, o preço, forma e prazo de pagamento, para que estas exerçam ou renunciem ao direito de preferência, que deverão fazer dentro dos 60 (sessenta) dias, contados do recebimento da notificação ou em prazo maior a critério da sócia alienante. Se as sócias manifestarem seu direito de preferência, a cessão de quotas se fará na proporção das quotas que então possuírem. Decorrido esse prazo sem que seja exercido o direito de preferência, as quotas poderão ser livremente transferidas a terceiros.

Parágrafo 2º: Ficam dispensadas as formalidades e prazos do parágrafo anterior se houver concordância expressa por escrito por parte de todas as demais sócias quanto à cessão de quotas. Assim, somente será permitido o ingresso, para aumento do capital, de pessoa estranha à sociedade, com a deliberação da totalidade dos atos correspondentes ao capital social.

Parágrafo 3º: Não convindo as sócias remanescentes o ingresso na sociedade do adquirente das quotas da sócia cedente ou retirante, o capital social será diminuído no valor do capital cedido, devendo a sociedade pagar a sócia cedente ou retirante, o preço estipulado na comunicação, em 12 (doze) parcelas mensais e sucessivas, a partir do encerramento do exercício social em que ocorrer a comunicação.

CLÁUSULA 15ª: Os haveres da sócia retirante, interdita, falida, insolvente, impedida, excluída, dissidente ou dos herdeiros da sócia falecida, serão apurados com base em Balanço especialmente levantado para esse fim, pagável em 72 (setenta e duas) prestações mensais, iguais e consecutivas, acrescidas de juros de 6% (seis por cento) ao ano e correção monetária calculada pela SELIC ou índice similar que preserve o valor da moeda, vencendo a primeira parcela em 60 (sessenta) dias a contar do desligamento do sócia.

Parágrafo único: Se a situação econômico-financeira da Sociedade permitir, as sócias remanescentes poderão estabelecer condições e prazos mais favoráveis que os previstos no *caput*.

CLÁUSULA 16ª: A sociedade não se dissolverá pela retirada, exclusão, interdição, falência, insolvência ou impedimento de qualquer dos quotistas, devendo continuar com as sócias remanescentes, a menos que estes resolvam liquidá-la.

CLÁUSULA 17ª: A sociedade poderá, mediante deliberação das sócias representativas de mais da metade do Capital Social, efetuar a exclusão de qualquer sócia, mediante justa causa.

Parágrafo 1º: A deliberação de exclusão deverá ser tomada em reunião de quotistas convocada especialmente para tal fim, sendo facultado à sócia acusada, nesta ocasião, a apresentação de defesa.

Parágrafo 2º: Entende-se como justa causa, além de outras hipóteses causadoras de prejuízo aos negócios sociais ou a *affectio societatis*, a violação de cláusula contratual, a concorrência desleal, o uso indevido da firma ou



denominação social, a recusa à prestação de serviços necessários ao desenvolvimento dos negócios sociais, a superveniência de incapacidade moral, a falência ou insolvência civil, e incompatibilidade com as demais sócias.

Parágrafo 3º: Existindo direitos e haveres, deverá ser aplicado à sócia excluída as disposições previstas na Cláusula 15ª.

CAPÍTULO IV DELIBERAÇÕES SOCIAIS – REUNIÃO DE QUOTISTAS

CLÁUSULA 18ª: A Reunião ordinária dos Quotistas poderá ser realizada dentro dos quatro primeiros meses seguintes ao término do exercício social, para deliberar, ouvida a administração, sobre as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras, deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e, quando for o caso, reeleger e designar novos administradores, fixar as respectivas remunerações e outras matérias de interesse da sociedade.

Parágrafo único: Será dispensada a Reunião de Quotistas quando todas as sócias decidirem, por escrito, sobre a matéria que seria o objeto da mesma.

CLÁUSULA 19ª: Dependem da deliberação das sócias, a serem tomadas de acordo com o previsto nos artigos 1.071 e 1.076 do Código Civil, além de outras matérias indicadas na Lei ou no contrato:

- a) Aprovação das contas da administração;
- b) A designação de administradores, quando feita em ato separado;
- c) A destituição de administradores, quando feita em ato separado;
- d) O modo de sua remuneração, quando não estabelecido no contrato;
- e) A modificação do contrato social;
- f) A incorporação, a fusão e a dissolução da sociedade, ou a cessação do estado de liquidação;
- g) A nomeação e destituição dos liquidantes e o julgamento das suas contas;
- h) O pedido de recuperação judicial.

Parágrafo único: Cada quota dá direito a um voto nas deliberações sociais e é indivisível em relação à sociedade.

CAPÍTULO V ADMINISTRAÇÃO

CLÁUSULA 20ª: A sociedade é administrada pelos não sócios **CRISTIAN PAULO KEHL BALBINOT** e **JEFERSON DOACYR BALBINOT**, devidamente citados e qualificados anteriormente, aos quais competem **ISOLADAMENTE** a prática de todos os atos de gestão e administração, por mais especiais que sejam, podendo ainda representar a sociedade ativa, passiva, judicial, e extrajudicial, perante órgãos públicos, instituições financeiras privadas e terceiros em geral, bem como praticar todos os demais atos necessários a consecução dos objetivos ou a defesa dos interesses e direitos da sociedade e de empresas ligadas a esta sociedade, por participação direta no Capital Social ou por mera ligação de sócias.

Parágrafo 1º: Os administradores respondem para com a sociedade e para com terceiros, solidária e ilimitadamente, pelo excesso de mandato e pelos atos que vier a praticar com violação da lei ou do presente contrato.

Parágrafo 2º: Para onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, será necessária a assinatura de todos os administradores nomeados no Contrato Social.

Parágrafo 3º: Faculta-se aos administradores, nos limites de seus poderes, constituir mandatários da sociedade, em casos de ausência, licença ou impedimento temporário, especificando no instrumento os atos e operações que poderão praticar. Ocorrendo vacância, afastamento, renúncia ou impedimento, definitivo, deverá de imediato ser convocada Reunião de Quotistas que elegerá o novo Administrador.

Parágrafo 4º: No exercício da administração, os administradores terão direito a uma retirada mensal, a título de pró-labore, sendo uma quantia fixa mensal estabelecida de comum acordo entre as sócias no início de cada exercício social que, será creditada em conta corrente, de onde será retirado de acordo com a disponibilidade financeira da sociedade até o máximo de seu crédito, exceto se deliberado de forma diversa em reunião ou assembleia de quotistas.

Parágrafo 5º: Na hipótese de falecimento de um dos administradores, o administrador remanescente exercera a administração na sua completude em seu lugar. Podendo, para tanto, assinar todos e quaisquer documentos.



CLÁUSULA 21ª: Os administradores declaram, sob as penas da lei, de que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crimes falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade (art. 1.011, § 1º, CC/2002).

CLÁUSULA 22ª: Fica facultada a nomeação de administrador não pertencente ao quadro societário, e de sócias em ato separado, que poderão ser substituídos a qualquer tempo nos termos do art. 1061, CC/2002.

CLÁUSULA 23ª: A sociedade poderá ser representada por procuradores mediante instrumento público ou particular e com cláusulas gerais e especiais. As procurações outorgadas pela sociedade deverão indicar, no instrumento de mandato, os respectivos poderes, o prazo de vigência, com exceção das procurações "ad judicium", as quais não terão prazo de validade fixado, e demais atos que se fizerem necessários (art. 1.018 CC). Para a outorga de procuração será suficiente a assinatura de um dos administradores.

CAPÍTULO VI DISSOLUÇÃO E LIQUIDAÇÃO, EXERCÍCIO SOCIAL, RESERVAS E DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS

CLÁUSULA 24ª: Ocorrerá dissolução da Sociedade quando houver insuficiência de capital, impossibilidade de execução do objeto social, nas hipóteses previstas na Lei, ou por deliberação das sócias.

CLÁUSULA 26ª: Determinada a dissolução, cumpre à Administração providenciar imediatamente à investidura do liquidante que poderá ser uma das sócias ou um terceiro, devidamente escolhido pelas sócias. Procedendo-se a liquidação da Sociedade, e uma vez saldado todo o passivo, o ativo restante será partilhado entre as sócias, proporcionalmente às suas participações no Capital Social.

CLÁUSULA 25ª: O exercício social iniciar-se-á no dia 01 de janeiro e terminará no dia 31 de dezembro do mesmo ano, devendo os administradores, nesta ocasião, prestar contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração das demonstrações financeiras exigidas em lei, que não precisarão ser arquivadas perante o Registro do Comércio ou publicadas.

Parágrafo 1º: Do lucro apurado, depois de deduzida a provisão para o imposto de renda, o remanescente será distribuído às sócias e/ou usufrutuários das quotas. Ocorrendo prejuízos, serão compensados com resultados positivos futuros, com lucros acumulados, ou absorvidos pelo Capital Social, com sua consequente redução, nos termos da lei. As sócias participarão nos resultados proporcionalmente a participação social de cada um.

Parágrafo 2º: Poderão as sócias deliberar a distribuição desproporcional dos lucros.

Parágrafo 3º: A sociedade poderá levantar demonstrações financeiras intermediárias, proceder com a apuração contábil mensal de lucro e distribuir lucros apurados a qualquer tempo, observadas as limitações legais, e ainda distribuir lucros com base nos lucros acumulados ou reservas de lucros constantes do último balanço patrimonial.

CAPÍTULO VII DISPOSIÇÕES FINAIS

CLÁUSULA 26ª: A Sociedade não terá Conselho Fiscal, sendo, portanto, vedada a sua instalação, sem prévia alteração do presente Contrato Social.

CLÁUSULA 27ª: Nos casos omissos neste contrato, a Sociedade se regerá pelos dispositivos referentes às Sociedades Limitadas, constantes na Lei nº 10.406 de 10/01/2002, e, terá regência supletiva, no que for aplicável pela Lei nº 6.404 de 15.12.1976, alterada pela Lei 11.638 de 28/12/2007, do conhecimento de todas sócias, que a elas se sujeitam como se de cada uma, se fizesse aqui especial menção.

CLÁUSULA 28ª: Fica eleito o Foro da comarca de Chapecó/SC para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.



E por estarem justos e contratados, lavram, datam e assinam eletronicamente o presente contrato, que se obrigam fielmente por si e seus herdeiros a cumpri-lo em todos os seus termos.

Chapecó/SC, 12 de dezembro de 2025.

MAXIMIZA PARTICIPAÇÕES S.A

Neste ato representada por sua presidente
SANDRA MARTA BALBINOT

MAXIMIZA PARTICIPAÇÕES S.A

Neste ato representada por seu diretor
JEFERSON DOACYR BALBINOT

MAXIMIZA PARTICIPAÇÕES S.A

Neste ato representada por seu diretor
CRISTIAN PAULO KEHL BALBINOT

SJDC PARTICIPAÇÕES S.A

Neste ato representada por sua presidente
SANDRA MARTA BALBINOT

SJDC PARTICIPAÇÕES S.A

Neste ato representada por seu diretor
CRISTIAN PAULO KEHL BALBINOT

CRISTIAN PAULO KEHL BALBINOT

JEFERSON DOACYR BALBINOT





253671515

TERMO DE AUTENTICACAO

| | |
|-----------------|--------------------------------------|
| NOME DA EMPRESA | SERVIOESTE SOLUCOES AMBIENTAIS LTDA |
| PROTOCOLO | 253671515 - 05/01/2026 |
| ATO | 002 - ALTERACAO |
| EVENTO | 026 - ABERTURA DE FILIAL EM OUTRA UF |

MATRIZ

NIRE 42202720688
CNPJ 03.392.348/0001-60
CERTIFICO O REGISTRO EM 21/01/2026
SOB N: 20253671515

EVENTOS

051 - CONSOLIDACAO DE CONTRATO/ESTATUTO ARQUIVAMENTO: 20253671515

FILIAIS FORA DA UF

NIRE 32900806211
CNPJ 03.392.348/0012-12
ENDERECO: RODOVIA MARIO COVAS, CARIACICA - ES
EVENTO 026 - ABERTURA DE FILIAL EM OUTRA UF

REPRESENTANTES QUE ASSINARAM DIGITALMENTE

Cpf: 01058075918 - CRISTIAN PAULO KEHL BALBINOT - Assinado em 05/01/2026 às 17:03:12

Cpf: 01881580903 - SANDRA MARTA BALBINOT - Assinado em 05/01/2026 às 17:00:28

Cpf: 03424415901 - JEFERSON DOACYR BALBINOT - Assinado em 05/01/2026 às 16:53:50



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 21/01/2026

Arquivamento 20253671515 Protocolo 253671515 de 05/01/2026 NIRE 42202720688

Nome da empresa SERVIOESTE SOLUCOES AMBIENTAIS LTDA

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 74046253376342

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 21/01/2026 FABIANA_EVERLING - Secretária-Geral

21/01/2026

